

CONTA DIFERENTE

Gasto de R\$ 44 milhões com Aquário “some” de planilha

200 milhões é o que a obra teria consumido; R\$ 244 milhões extraídos do cofre

LUCAS JUNOT

Comparação entre as publicações em Diário Oficial desde 2009 e os valores apresentados pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, considerando pagamentos realizados e contratos ainda em andamento do Aquário do Pantanal, até então deixa o gasto de R\$ 44,6 milhões no empreendimento sem explicação.

Os valores, segundo planilha oficial do governo, somam R\$ 200.056.710, 40 em contratos e aditivos da Agencia Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul) e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (Semad).

No entanto, o valor apurado pelo **Correio do Estado**, via análise das publicações, é de mais de R\$ 244,6 milhões, considerando as primeiras licitações e as várias suplementações e aditivos de contratos.

O valor gasto já supera o triplo do orçamento idealizado, que tinha valor inicial previsto de exatos R\$ 84.749.754,23 e ainda vai aumentar. Em maio deste ano, conforme reportagem publicada pelo **Correio do Estado** no dia 24, a atual administração, do governador Reinaldo Azambuja (PSDB), estimava que a obra custaria R\$ 300 milhões, até o fim do ano.

Considerando os valores apresentados pelo governo, dos mais de R\$ 200 milhões, apenas R\$ 154.665.635,43 foram de fato pagos. Outros R\$ 46 milhões ainda precisam sair dos cofres públicos para atingir os valores informados.

De acordo com a planilha, são



ÁLVARO REZENDE/ARQUIVO

OBRA DA DISCÓRDIA. No início do ano, o governador Reinaldo Azambuja, já na posse, determinou a abertura de auditoria para investigar gastos com o Aquário e o motivo do atraso na construção

Saiba

Obra causa conflito administrativo há quatro anos

A obra do Aquário do Pantanal foi questionada desde o início, em 2011. No último episódio que gerou divergências, em março do ano passado, o ex-governador André Puccinelli brigou com o comando da empreiteira Egelte, vencedora da licitação, em razão do atraso. Dali em diante, outras construtoras foram contratadas, mas ainda assim a construção não ficou pronta.

R\$ 172.476.338,72 em contratos da Agesul e R\$ 27.580.371,68 em contratos da Semade.

Questionado pela reportagem, o ex-governador André Puccinelli (PMDB) afirmou que, se fossem seguidos os cronogramas de sua administração, a estrutura predial do empreendimento seria concluída em abril deste ano, ao custo de R\$ R\$ 176.159.799,60.

“Quando eu saí, perguntei: quanto tempo demora pra fazer, continuando no mesmo ritmo? Me responderam ‘três meses, é certeza absoluta’. Eu fiz um aditivo para quatro meses, que valeria até 30 de abril e estaria pago totalmente, com a fonte 100 o que faltava fazer e com aquela lei específica que eu passei na Assembleia para vir o dinheiro da compensação ambiental. Então, tinha o dinheiro total”, afirmou Puccinelli.

Em abril, a reportagem do **Correio do Estado** apurou

que a estrutura física do Aquário do Pantanal deve ser concluída em setembro deste ano, de acordo com o engenheiro Domingos Sávio, um dos responsáveis pela execução das obras no empreendimento.

A partir daí, seriam realizados trabalhos de cenografia, acabamento e entraria em cena a empresa responsável pelo chamado “serviço de suporte à vida”, encarregado de ambientar as espécies.

Sobre a entrega, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) considerou “temerário dizer que em novembro fica pronto”.

“Não sei se a gente consegue entregar em novembro. Já tem solicitação de alguns aditivos, mas o governo está analisando se os valores procedem. Tenho pedidos ali que dariam um custo adicional de R\$ 2,6 milhões para conclusão”, comentou.

DECISÃO

Justiça valida concurso para cartorários em MS

GERSON OLIVEIRA



JULGAMENTO. Magistrados negaram mandado de segurança

A Associação dos Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul (Anoreg-MS) perdeu ontem mais uma batalha contra o Tribunal de Justiça. Cabe recurso.

O órgão julgou improcedente o mandado de segurança impetrado pela associação, para suspender o concurso público que põe fim à hereditariedade, por meio da outorga de 74 vagas para serviços notariais e registrais no Estado, sendo 50 para provimento por ingresso e 24 para provimento por remoção.

Em março do ano passado, os Notários e Registradores ganharam tempo. A desembargadora Tânia Garcia de Freitas Borges suspendeu a publicação da prova objetiva do concurso público dos cartórios, com base na resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e na decisão de procedimento de controle administrativo, que determinou que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) retificasse o edital do concurso e reabrisse as inscrições.

Toda a discussão teve início em 2010, quando decisão da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tornou vaga a titularidade de 7.828 cartórios extrajudiciais de todo o País, criando a necessidade de realização de concurso público

para reorganizar os serviços.

A decisão, assinada pelo então corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, teve como base a Resolução 80 do CNJ, que prevê a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com a Constituição Federal de 1988. Até 1988, os cartórios eram transmitidos por hereditariedade. A Constituição tornou obrigatório concurso público para tabeliães e acabou com a figura dos substitutos.

A regra, porém, só foi regulamentada em 1994. Os 7.828 cartórios cujas titularidades foram consideradas vagas foram beneficiados pelo vácuo jurídico de 1988 a 1994. A Corregedoria do CNJ também publicou, na mesma data, decisões considerando regular a situação de 6.301 outros cartórios.

Desde 2010, uma das principais práticas rejeitadas pelo CNJ foi o da permuta de cartórios entre membros de uma mesma família. Alguns estados tinham leis específicas sobre o assunto, e apesar de as permutas terem sido questionadas várias vezes na Justiça, não havia uma padronização sobre a forma de aplicar a lei. **(Lucas Junot)**

QUASE PRONTA

Já inaugurada, UEMS ainda é construída

LAIRTES CHAVES

Faltando pouco mais de 15 dias para a volta às aulas, ao menos 50 operários trabalham a todo vapor para dar conta de entregar a unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) da Capital. A obra deveria ter sido entregue em dezembro do ano passado, ao custo de R\$ 42 milhões, mas ficou de herança para o novo governo, que fixou uma data de finalização para 30 de junho. A obra foi oficialmente entregue no segundo prazo,

mas a inauguração está marcada para 27 de julho, quando os acadêmicos campo-grandenses estreiam a nova estrutura, R\$ 5 milhões mais cara que o projeto inicial. A demora na entrega obrigou o governo a instalar a primeira turma de Medicina da instituição na Faculdade Estácio de Sá.

Hoje, são cerca de 920 estudantes na unidade de Campo Grande, incluindo os dez cursos de graduação e três de pós-graduação. A nova estrutura comporta 2 mil estudantes, mas por enquanto, segundo



ÁLVARO REZENDE

ÚLTIMAS DETALHES. Prédio foi inaugurado duas semanas atrás

SÓ COM PROJETO

Duplicações na BR-163 dependem dos prefeitos

CLODOALDO SILVA
DE BRASÍLIA

Os projetos de duplicação da BR-163 nos perímetros urbanos ficarão em “stand-by” até os gestores municipais apresentarem todas as alterações necessárias e os custos dos projetos serão da CCR MSV. A decisão foi tomada na tarde de ontem, em reunião entre representantes da concessionária, da Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT), do Ministério dos Transportes, prefeitos e parlamentares federais.

O encontro foi motivado pela mobilização dos administradores municipais pre-

ocupados com o custo dos projetos que teriam de fazer e os prejuízos que a duplicação pode causar a empresas localizadas às margens da rodovia.

Tanto que o prefeito de Campo Grande, Gilmar Olarte, o presidente da Câmara de Vereadores, Mário Cesar, e o vereador Carlão estiveram em Brasília na semana passada para tratar o assunto e voltaram ontem. “Nós não sabemos o que está acontecendo”, explicando que outra preocupação é em relação aos projetos exigidos para se fazer as adequações necessárias. “Cada prefeitura teria de pagar um projeto para saber depois se é viável”.

Preocupação reforçada pelo deputado federal Elizeu Dionizio, ao relatar que a para diminuir o impacto da duplicação da rodovia nos municípios os prefeitos estão ouvindo os moradores. Cada município tem sua característica, dentro destas demandas locais, a CCR fala que precisamos de projeto, aí surge o problema. A maioria dos municípios não tem condições de fazer projeto”, enfatizando que é necessário saber quem ficará responsável por esta tarefa.

A diretora da ANTT, Natalia Marcassa, afirmou que embora sejam acatadas as alterações, elas terão de atender o coletivo, “os usuários da rodovia”, e não segmentos, e que o órgão “analisará caso a caso, atendendo ao que for possível”. o projeto”.

COMUNICADO DE RECALL

A **Bombardier Recreational Products Motores da Amazônia Ltda - BRP Brasil**, está promovendo um recall voluntário de segurança dos motores de popa

EVINRUDE® E-TEC® G2 74º V6 (3,4L)

modelo AB, com números sequenciais de série entre 5420001 a 5430465, fabricados em 2014

RAZÕES TÉCNICAS: Um número limitado de motores de popa pode ter um componente da direção incorretamente montado.

RISCOS: Em algumas circunstâncias, esta possível falha poderá causar a perda do controle da direção e provocar um acidente que resulte em lesões graves ou até mesmo fatais.

RECOMENDAÇÕES DE SEGURANÇA: Até a reparação, não opere o motor acima de 3.000 RPM e nem excessivamente para bombordo ou estibordo.

AGENDAMENTO: Procure um concessionário autorizado Evinrude para realizar um teste no sistema de direção e, se necessário, a substituição gratuita do conjunto da direção na seção intermediária.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: (19) 3783-9600 (das 8h00 às 17h00), ou pelo site: www.evinrude.com.br ou no e-mail: posvendas@brp.com



Departamento Pós-Vendas BRP Brasil

